

A luta do Die Linke para reconquistar a classe trabalhadora alemã

Por Katarine Costa · 30/03/2026

Na noite da eleição alemã em fevereiro do ano passado, o líder da União Democrata Cristã (CDU), Friedrich Merz, afirmou que a Europa precisava se tornar mais “independente” dos Estados Unidos. O ano que se seguiu mostrou que ele se referia a isso em termos bastante restritos. Seu governo prometeu gastos militares maciços para fortalecer a participação dos europeus na OTAN — chegando a suspender o “freio da dívida” constitucional alemão para viabilizar isso — ao mesmo tempo em que se curvava à liderança de Donald Trump.

No entanto, a posição de Merz está longe de ser sólida. Seu governo de grande coligação — que une seu partido conservador aos social-democratas — enfrenta hoje a concorrência do partido nacionalista Alternativa para a Alemanha (AfD), que lidera muitas pesquisas de opinião. O AfD combina posições econômicas camaleônicas com uma forte linha anti-imigração e pode chegar ao poder em alguns estados pela primeira vez em 2026. Mas também existem outras fontes de dissidência na sociedade alemã, entre as quais o ceticismo popular em relação ao rearmamento e à guerra.

Para o partido socialista Die Linke, há uma luta urgente para formar uma oposição alternativa de esquerda. O partido teve um bom começo nas eleições de fevereiro do ano passado, onde — apesar das expectativas generalizadas antes da

campanha de que perderia cadeiras no parlamento (Bundestag) — quase dobrou sua votação. Não só aumentou o número de deputados, como em 2025 sua filiação saltou de menos de 60.000 para mais de 120.000. É um passo não apenas rumo a melhores resultados eleitorais, mas também para reconstruir sua presença nas comunidades da classe trabalhadora.

Uma das arquitetas desse sucesso foi Ines Schwerdtner, ex-editora da versão alemã da revista *Jacobin*, co-líder do Die Linke e membra do Bundestag. Em entrevista, ela conversou com nosso editor para a Europa, David Broder, sobre o programa de rearmamento do governo Merz, a postura da Alemanha em relação à guerra na Ucrânia e no Oriente Médio, e se as próximas eleições para a prefeitura de Berlim poderão trazer os mesmos avanços para os socialistas que Nova York.

DAVID BRODER: Na noite das eleições de 2025, Merz afirmou que a Europa precisava se tornar mais independente dos Estados Unidos. O golpe na Venezuela e as ameaças à Groenlândia recentemente reacenderam essa discussão sobre “autonomia estratégica”. Alguns na esquerda europeia discutem isso em termos de rearmamento e segurança do continente. Qual a sua opinião sobre isso?

INES SCHWERDTNER: Até mesmo os conservadores mais atlanticistas do campo de Merz hoje em dia acham que não podem mais depender da OTAN e dos EUA. Nós, da esquerda, sempre dissemos que precisamos de um sistema de segurança que não dependa da OTAN. Mas isso também significava um sistema de segurança que envolvesse a Rússia. O que estamos discutindo agora, no processo programático do nosso partido, é como se pode ter um sistema de segurança que não se transforme em uma força imperial, como talvez Emmanuel Macron sugeriria.

Precisamos trabalhar com outros partidos de esquerda na Europa para combater essa consolidação da União Europeia como mais uma potência militar global, mesmo que obviamente fraca em comparação com os Estados Unidos e a China. Como disse meu colega de partido, Jan van Aken, a Rússia sempre estará ao nosso lado no mapa. Portanto, embora pareça completamente estranho falar sobre um sistema de segurança *com a Rússia*, é disso que precisamos falar, depois da guerra na Ucrânia. O que vem a seguir? Essa é a questão mais complexa que enfrentamos. Acabamos de publicar um [artigo](#) em conjunto sugerindo que a esquerda socialista busque uma nova forma de internacionalismo, construindo alianças com países do Sul Global e outras potências médias.

DB: Os líderes europeus ainda estão atrasados em relação às propostas de paz de Trump para a Ucrânia. Merz sugeriu a possibilidade de envio de forças de paz alemãs após o cessar-fogo, mas isso dificilmente parece uma perspectiva realista. O tipo de acordo sugerido por Trump soa como uma divisão de território. Que soluções pacíficas a esquerda pode oferecer de forma palpável?

IS: Sempre defendemos que uma solução pacífica depende de toda a comunidade internacional — incluindo as Nações Unidas e países do Sul Global como a China, o Brasil e a Índia. Acima de tudo, é fundamental que nenhum acordo seja feito sem o consentimento dos ucranianos. Qualquer paz deve ser socialmente sustentável — uma paz justa. Isso também significa que a Ucrânia precisa de garantias de segurança confiáveis. As propostas para o envio de soldados europeus, especialmente alemães, para confrontar Vladimir Putin, no entanto, não parecem contribuir para as negociações de paz. Foi por isso que o chanceler anterior, Olaf Scholz, se mostrou um pouco mais hesitante do que Merz agora. Sobre a estrutura de segurança europeia, discutimos a possibilidade de focar na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), como algo que não seja a OTAN, nem

uma potência militar ou exército europeu, mas que possa servir como ponto de partida.

“A Alemanha deve opor-se à utilização de uma base militar alemã como Ramstein para essa guerra.”

DB: A Alemanha não está se juntando diretamente à guerra contra o Irã, mas o chanceler Friedrich Merz deixou claro seu apoio. Grande parte da mídia alemã adota uma narrativa fortemente pró-guerra, embora uma [pesquisa](#) tenha sugerido que os alemães são contra esse apoio. Em um encontro com Merz na semana passada, Trump também criticou a Europa, especialmente a Espanha, por não ser ainda mais complacente. O que o governo alemão deveria fazer?

IS: O fato de Merz sentar-se ao lado de Trump e sorrir enquanto outro país europeu está sendo ameaçado é escandaloso, covarde e perigoso — algo que não se pode dizer do primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez. Sánchez e seu governo de centro-esquerda já estavam certos em sua avaliação das ações dos EUA na Venezuela, e estão certos novamente agora no caso do Irã.

É importante reconhecer que se pode desejar o fim de um regime brutal e ainda assim admitir que a guerra de agressão lançada por Israel e pelos Estados Unidos é absolutamente contrária ao direito internacional e visa apenas seus próprios interesses de poder.

A Alemanha e a Europa não devem, em hipótese alguma, permitir-se serem arrastadas para esse conflito e, em vez disso, devem apoiar a oposição democrática no Irã. Assim como fez Sánchez, a Alemanha deve opor-se ao uso de uma base militar alemã como Ramstein para essa guerra. Tal como nos primeiros meses da guerra na Ucrânia, também devemos nos concentrar no aumento dos

preços da energia e dos alimentos causada pela guerra. Precisamos apresentar rapidamente instrumentos que possam conter os preços e evitar um choque inflacionário.

DB: A Alemanha e a UE estão se rearmando, e isso parece estar suplantando a transição verde como foco da política econômica da UE. Você votou no Bundestag contra a suspensão, pelo governo, do freio da dívida (o limite constitucional alemão para empréstimos para fins militares). Alguns esquerdistas, no entanto, argumentaram que seus representantes nos governos estaduais poderiam ter feito mais para bloquear a mudança e interromper o processo. O Die Linke não poderia ter impedido isso? E por que não o fez?

IS: Os partidos da base do governo sabiam, após as eleições federais, que a Alternativa para a Alemanha (AfD), somada ao Die Linke, tinha votos suficientes para bloquear uma mudança constitucional. Então, eles contaram com o parlamento em fim de mandato para aprovar a mudança. Recorremos ao Supremo Tribunal Federal — duas vezes — para tentar impedir isso. Em nível federal, fizemos tudo o que podíamos para bloquear o fim do freio da dívida. No entanto, ele foi negociado e votado como um pacote, e a abertura dos gastos militares veio acompanhada de investimentos de € 500 bilhões em infraestrutura. Assim, mesmo que nós, em nível federal, tenhamos bloqueado a medida, dois estados onde o Die Linke está no governo votaram a favor no Conselho Federal, embora seus votos não fizessem diferença. Ainda acho que isso foi um erro.

Os Verdes concordaram em suspender o freio da dívida até mesmo no Bundestag, e eu os critiquei duramente, porque isso era como abrir a caixa de Pandora. É o pior dos dois mundos, já que ainda temos o freio da dívida pressionando o orçamento geral, especialmente a previdência social, além dessa militarização sem

fim. O freio da dívida alemão sempre foi péssimo, inclusive como modelo para as regras de dívida europeias, e agora está ainda pior. Sou membra da Comissão de Orçamento do Bundestag, e vocês podem ver como ela consegue aprovar bilhões para a militarização em segundos, enquanto também força cortes de benefícios sociais. Percebe-se como o discurso sobre gastos públicos é exagerado quando não há nenhum debate sobre quanto deve ser destinado ao orçamento militar. A meta da OTAN de gastar 5% do PIB com as forças armadas é indiscutível. Então, acho que este foi um momento histórico em que poderíamos ter pressionado por uma grande reforma do freio da dívida sem priorizar os gastos militares, mas como os Verdes apoiaram, não conseguimos impedir.

“Percebe-se como o discurso sobre gastos públicos é exagerado quando não há qualquer debate sobre quanto deve ser destinado ao orçamento militar.”

DB: Você apoiou o apelo de Isabella Weber por uma “política econômica antifascista”. O que isso implica? Que impacto poderiam, de fato, ter políticas diferentes em áreas como benefícios sociais ou infraestrutura, afetando o voto no AfD?

IS: Isabella cunhou esse termo logo após a vitória de Trump nas eleições estadunidenses, afirmando que os democratas fracassaram porque não combateram a inflação e o crescente custo de vida para as famílias trabalhadoras e as pessoas comuns. Ela também disse, com razão, que existe uma insegurança mais profunda que as pessoas sentem: o Estado está funcionando? A infraestrutura está funcionando? O quanto você controla a própria vida? Os democratas não perceberam esse sentimento mais profundo. Acho que isso também pode ser usado no contexto alemão, embora, obviamente, a ascensão de um partido de extrema-direita como o AfD também envolva muitas questões, principalmente a

imigração.

Ainda assim, sabemos por estudos históricos, como o trabalho de Clara Mattei, que a austeridade sempre abriu caminho para a ascensão da extrema-direita ao poder. Portanto, “política econômica antifascista” é um termo que se refere ao valor de políticas como o combate aos aluguéis exorbitantes e a implementação do controle de preços, para devolver às pessoas alguma sensação de segurança. Eu uso o termo — e, na verdade, ele é mais um termo *analítico* para pessoas de esquerda do que algo que se usaria em discursos informais.

Claro, tivemos um momento perfeito [durante a preparação para as eleições de 2025] quando Heidi Reichinnek, do Die Linke, defendeu valores antifascistas, e isso nos ajudou a assumir uma posição moral superior: somos antifascistas. Mas mesmo assim, ainda é preciso se organizar em torno das inseguranças que a maioria das pessoas enfrenta. A longo prazo, é necessária uma política econômica que realmente ataque as questões profundas. Isso significa infraestrutura estável e funcional, creches, trens, pessoas conseguindo pagar o aluguel e sem medo de perder o emprego. A esquerda talvez tenha se esquecido disso, mas focar nessas questões essenciais realmente nos ajudou na campanha.

DB: Tenho interesse em saber o que isso significa para a organização do seu partido. O Die Linke superou as expectativas nas eleições de 2025, aumentou consideravelmente o número de membros e, desde então, tem obtido melhores resultados nas pesquisas. Alguns relatos, como o do sociólogo [Klaus Dörre](#), afirmam que o Die Linke se consolidou como o partido da nova classe trabalhadora urbana progressista e também como um espaço para as classes médias intelectuais de esquerda, algo que não acontecia antes.

Ainda assim, isso certamente difere de uma estratégia populista de esquerda e talvez esteja também ligado aos termos da recente disputa do Die Linke com [Sahra Wagenknecht](#). Você é uma ex-editora da *Jacobin* e frequentemente cita o exemplo do Partido dos Trabalhadores Belga, que costuma dizer que quer organizar toda a classe trabalhadora; o que você disse sobre a política econômica antifascista pode parecer mais voltado à conquista de eleitores onde o AfD está se saindo bem, talvez em áreas mais rurais. Como você vê a estratégia do Die Linke para lidar com essas questões?

IS: Penso que essa é a nossa questão estratégica mais importante neste momento. Nas eleições, conquistamos muitos votos de mulheres jovens e ganhamos apoio de um meio progressista de classe média, anteriormente ligado aos Verdes e aos Social-Democratas. *Também* ganhamos apoio de trabalhadores mais tradicionais e de grupos em situação de precarização, mas certamente não tanto quanto eu gostaria. Essa sempre foi a base do Partido do Socialismo Democrático [das décadas de 1990 e 2000] e depois do Die Linke — um grupo urbano, intelectual e de classe média, e também trabalhadores descontentes [com os Social-Democratas e os Verdes] após a Agenda 2010 [reformas neoliberais no bem-estar social, com cortes nos benefícios].

“Somos antifascistas. Mas mesmo assim, ainda é preciso se organizar em torno das inseguranças que a maioria das pessoas enfrenta.”

Existem também partidos de esquerda em outros países europeus que contam com ativistas que dedicam muito tempo à política, mas que também desejam se tornar partidos operários. Isso exige a construção de estruturas nas empresas e nas fábricas, mas leva muito mais tempo do que conquistar eleitores progressistas. Eu não os chamaria de “partidos progressistas”, mas certamente é mais fácil

trocar votos [com os Social-Democratas e os Verdes] do que alterar o equilíbrio geral da sociedade. Mas precisamos ampliar a base social para as pessoas que sentem a necessidade de um partido socialista.

Há duas coisas que mudaram no Die Linke. Primeiro, focamos em temas essenciais do cotidiano, que muitas vezes também afetam os “progressistas” — e mesmo que não sejam da faixa da população de renda mais baixa, eleitores de classe média gostam de ver pessoas sendo ajudadas em questões como o custo do aquecimento. Com esses mesmos temas, também conseguimos alcançar eleitores “anti-establishment” que não votam e pessoas que poderiam até votar no AfD.

Do Partido Operário Belga, também absorvemos esse estilo diferente de narrativa populista de esquerda: taxar os ricos, até mesmo coisas que Bernie Sanders ou Jean-Luc Mélenchon diriam. Então, temos uma mistura de influências do Partido do Socialismo Democrático e do Partido Trabalhista e da Justiça Social da Alemanha Ocidental – a Alternativa Eleitoral (WASG), enraizada na organização dos sindicatos, e do que fazem os partidos marxistas mais tradicionais, além de algumas características dos partidos populistas de esquerda na Europa. Acredito que a valorização dessas diferentes raízes moldou nossos sucessos. Ainda assim, a base permanece frágil, e não podemos ser como os três porquinhos da fábula, com uma casa que pode ser levada pelo vento. Precisamos construir uma casa de pedra, solidamente assentada nos bairros e locais de trabalho. Acho que é isso que precisa ser feito para nos tornarmos um partido operário. Mas, como Peter Mertens [do Partido Operário Belga] me disse, esse é um trabalho para dez anos; não se faz da noite para o dia.

DB: Mas, tendo em vista o influxo de eleitoras, especialmente jovens, e de novos ativistas nas fileiras do Die Linke ao longo do último ano, houve uma mudança na cultura do partido?

IS: As disputas internas com o pessoal de Wagenknecht — sobre migração, mas também sobre como falar da classe trabalhadora — sempre foram destrutivas. No entanto, os membros mais jovens que não estavam lá estão livres desse trauma: eles não vivenciaram anos e anos de discussões sobre política de classe versus política identitária. Agora dizemos que estamos fazendo política de classe, e ninguém questiona: todos pensam “bem, *claro que* nos concentramos no aluguel porque isso é uma pauta da maior parte da sociedade”. Eles não veem isso como uma batalha interna, como era antes.

“Nos concentramos em temas essenciais do dia a dia, que muitas vezes também afetam os ‘progressistas’ — e mesmo que eles próprios não sejam da faixa da população de renda mais baixa, até mesmo eleitores de classe média gostam de ver pessoas sendo ajudadas em questões como o custo do aquecimento.”

Então, sinto que esses novos membros trazem uma atmosfera diferente e encaram como normal que vamos de porta em porta conversar com as pessoas. É evidente: a classe trabalhadora é diversa. Conversamos com uma enfermeira migrante, assim como conversaríamos com um estivador. Ironicamente, no conflito entre política de classe e política identitária, foi somente depois da saída de Sahra Wagenknecht que pudemos realmente nos concentrar na questão de classe.

Agora temos trabalhadores aqui no parlamento. Faz muita diferença ter um metalúrgico, alguém da indústria automobilística ou uma enfermeira. Eles realmente chocam os outros [parlamentares] porque esses trabalhadores dizem: o aço do Bundestag foi feito em Duisburg — nós construímos isso! Essa é uma maneira completamente diferente de falar sobre classe, em termos de orgulho da classe trabalhadora. Às vezes eles gritam e esperneiam no parlamento — dizem que não se comportam bem. Mas o que é “se comportar bem” quando se está

sentado ao lado de nazistas? Então, vejo muita mudança no partido e na forma como fazemos uma política de classe.

DB: Também houve conflitos no partido em relação à Palestina. Em uma manifestação em Berlim, em setembro, vocês, como liderança, começaram a se referir ao genocídio em Gaza e, de certa forma, se desculparam por não terem dito isso antes. Mesmo assim, ainda há muita discordância, tanto dentro do Die Linke quanto no movimento palestino, sobre qual é, de fato, a posição de vocês. A posição do Die Linke mudou desde então?

IS: Eu diria que sim, porque a realidade em Gaza se impôs e ninguém mais pôde ignorá-la. Muitos novos membros, incluindo muitos jovens, foram politizados e radicalizados pela guerra em Gaza. Alguns diriam que é como o momento da Guerra do Vietnã ou da Guerra do Iraque para nós.

Sinto que essa guerra definitivamente radicalizou muitas pessoas dentro da esquerda, e isso mudou a forma como falamos sobre a Palestina. Nosso trabalho no parlamento mudou completamente, porque éramos os únicos a falar sobre a realidade em Gaza, enquanto outros partidos não o faziam. Tivemos que avançar a passos de bebê, enquanto a esquerda internacional estava muito à frente, combatendo a mídia alemã e outros partidos. E, no entanto, quando grande parte do público alemão se calou sobre a guerra de Israel, percebemos que tínhamos a maioria, o bom senso e o humanismo do nosso lado.

“Ironicamente, no conflito entre política de classe e política identitária, foi somente após a saída de Sahra Wagenknecht que pudemos realmente nos concentrar na questão de classe.”

A pressão da comunidade palestina também foi importante, e com razão: não tínhamos feito o suficiente antes. Todos esses fatores mudaram a posição do partido: agora, uma grande maioria demonstra mais solidariedade com os palestinos, ao mesmo tempo que condena os ataques antissemitas nas ruas. Ambas as coisas precisam ser feitas simultaneamente. Ainda há muita frustração sendo projetada sobre nós, o que eu entendo. Mesmo assim, sinto que demos um grande passo em direção à esquerda internacional nesse sentido.

DB: Analisando as eleições estaduais alemãs previstas para 2026, na Saxônia-Anhalt o AfD está extremamente forte. O partido ficou em primeiro lugar nas eleições federais do ano passado, está com até 40% das intenções de voto e pode chegar ao governo. Vi uma entrevista com seu colega do Die Linke, Jan van Aken, na qual ele disse que não imaginava entrar em um governo com os democratas-cristãos para impedir o AfD e, no entanto, também existe a possibilidade de tolerar um governo burguês para manter a extrema-direita afastada.

Isso cria um conflito clássico entre sua abordagem anti-establishment e o apoio a qualquer um que possa ajudar a bloquear o AfD. Existe alguma maneira de escapar desse tipo de “mal menor” ou mesmo de encontrar alguma vantagem nessa situação?

IS: Essa situação no leste da Alemanha está muito presente em nossos debates. Tanto na Saxônia-Anhalt quanto em Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, o AfD poderia ser o partido mais forte e até mesmo governar sozinho. Isso não é apenas uma questão estratégica, mas um problema histórico, e acho que, se acontecer, enfrentaremos uma situação muito diferente.

Para evitar isso, precisamos observar atentamente o que está acontecendo localmente. Acho que na Saxônia-Anhalt, somos agora a única força progressista, e

os Social-Democratas e os Verdes podem perder o parlamento estadual. Os democratas-cristãos conservadores estão pensando mais em como trabalhar com os fascistas do que com o Die Linke. Acho que isso é bastante claro. Não devemos ser ingênuos nem implorar para que trabalhem conosco.

O Die Linke tolera governos liderados por democratas-cristãos [com apoio social-democrata] na Saxônia e na Turíngia, e isso já é complicado. O partido aceitou alguns cortes e também ganhou algo. Mas essa é a situação no leste da Alemanha. Não é algo completamente novo. A novidade desta vez é que o AfD pode conseguir governar sozinho. Sinto que os democratas-cristãos podem romper [com sua posição anterior contra permitir que o AfD governe]. E eu disse aos camaradas: olhem para a Áustria, olhem para outros países europeus [onde os conservadores se aliaram à extrema-direita]. Me deem um motivo para crer que os conservadores daqui estejam agindo de forma diferente.

Acho que o que podemos fazer é ganhar alguns distritos eleitorais, faróis “vermelhos” no oceano preto e azul [cores conservadoras e do AfD], e mostrar às pessoas que é possível vencer a direita, apelando aos ativistas do partido e da esquerda em geral, como fiz na minha campanha para as eleições federais em Lichtenberg [Berlim Oriental, derrotando inesperadamente o AfD]. Podemos fazer o mesmo tipo de campanha agora em Halle, Magdeburg e outras cidades menores. Isso significa mostrar que podemos defender a sociedade civil, os migrantes e os direitos LGBTQIA+, mas também ir de porta em porta para mostrar que somos a alternativa social a toda essa baboseira [de extrema-direita]. Somos o partido antifascista, mas também somos o partido do povo, trazendo ajuda concreta.

Em Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, a situação é um pouco diferente, pois estamos em competição com os Social-Democratas, mas também no governo. Portanto, estamos defendendo o que conquistamos anteriormente, como creches

gratuitas e a expansão do ensino infantil. Sei que quando Zohran Mamdani faz isso, é quase uma revolução, e quando o Die Linke faz o mesmo na Alemanha Oriental, é visto como algo normal! Em Greifswald e Rostock, por exemplo, temos algumas conquistas concretas pelas quais estamos nos mobilizando, em vez de apenas dizer que somos contra a direita.

Não estamos apenas defendendo a democracia como um termo abstrato, mas sim defendendo nossas cidades, nossas sociedades e nossos vizinhos. Isso também significa trazer alguns de nossos jovens ativistas da Alemanha Ocidental para essas cidades, fazendo campanha e conversando com o máximo de pessoas possível.

“Não estamos apenas defendendo a democracia como um termo abstrato, mas sim defendendo nossas cidades, nossas sociedades e nossos vizinhos.”

DB: Você mencionou Mamdani. Você visitou a cidade de Nova York antes da eleição, dizendo que queria aprender com a campanha. O que exatamente poderia ser aprendido? Há algo na campanha de Mamdani, seja politicamente ou na operação de mobilização de eleitores, que possa oferecer lições internacionais?

IS: Já conhecíamos a estratégia: as visitas de porta em porta, os temas essenciais e os esforços de mobilização que também usamos na Alemanha no início de 2025. Mesmo assim, pensei: essa é uma campanha diferente, porque foi planejada com bastante profissionalismo. E acho que Mamdani comunicou suas mensagens políticas com maestria. Isso também mudou a forma como discutimos nossa próxima campanha em Berlim, com esse tipo de confiança.

Ironicamente, quando estávamos em Nova York e os camaradas dos Socialistas Democráticos dos EUA (DSA) nos perguntaram: “Como é governar em uma grande

cidade como Berlim?”, eu tive que responder que também pode dar errado, e que não se deve cometer os mesmos erros que a esquerda cometeu no governo de Berlim. Então, senti que isso é mais uma troca de experiências, uma aprendizagem mútua. Não é que a esquerda estadunidense faça tudo certo... É um tipo de opinião que ouvíamos às vezes quando começamos a edição alemã da *Jacobin*, como apresentar Bernie Sanders como perfeito e descartar a esquerda alemã como desastrosa. Certamente, Mamdani fez isso de forma muito mais profissional e esteticamente melhor, mas acho que temos algumas experiências em governar e construir o partido que também podem ajudar os camaradas estadunidenses.

DB: Para Mamdani, existe um certo equilíbrio entre a retórica socialista e as conquistas políticas, inclusive na forma como ele administra a relação da prefeitura com Kathy Hochul. Após as eleições estaduais de Berlim, em setembro de 2026, existe a possibilidade de um novo governo com o Die Linke em coalizão com os Verdes e os Social-Democratas. Muitos dos nossos leitores devem estar cientes da campanha para expropriar os grandes proprietários de imóveis em Berlim e do referendo sobre o assunto... que nunca se concretizou. Como isso se encaixa nas eleições de Berlim?

IS: Foi isso que também percebi em Nova Iorque, que estamos numa situação completamente diferente no que diz respeito a esse tipo de política.

O congelamento dos aluguéis foi o que tentamos inicialmente em Berlim, quando o partido Die Linke estava no governo e era responsável pela habitação. O congelamento dos aluguéis foi interrompido pelo Tribunal Constitucional Federal, porque isso só era possível em nível federal. Então, o próximo passo foi a expropriação e a estatização [dos imóveis dos grandes proprietários]. Trata-se de um ataque direto às grandes empresas e ao capital.

Não quero minimizar o que Mamdani enfrenta, e é um desafio enorme para a política de Nova York. Mas em Berlim, enfrentamos uma grande luta em relação à socialização. Precisamos usar todas as ferramentas à nossa disposição para pressionar o orçamento e os aluguéis a fim de tornar a cidade acessível novamente.

O paradoxo é que, comparado a cinco ou dez anos atrás, nós, como partido, estamos mais fortes, mas a situação orçamentária é pior e as expectativas das pessoas são maiores após o referendo. Portanto, depois das eleições de setembro [em Berlim], temos uma grande luta pela frente.

David Broder

é historiador do comunismo francês e italiano. Ele está atualmente escrevendo um livro sobre a crise da democracia italiana no período pós-Guerra Fria.

Ines Schwerdtner

é editora da Jacobin Alemanha e co-apresentador do podcast halbzehn.fm. Ela mora em Berlim.

[A entrevista foi originalmente publicada em português na Jacobina.](#)